



**CÂMARA TÉCNICA ESPECIALIZADA
DE ATIVIDADES AGROSSILVIPASTORIS
Ata da 1ª reunião, realizada em 2 de fevereiro de 2017**

1 Em 2 de fevereiro de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica
2 Especializada de Atividades Agrossilvipastoris (CAP), na sede da Secretaria de
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o
5 presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento, representante da SEMAD.
6 Representantes do poder público: Juneval Geraldo dos Santos, da Secretaria de
7 Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Viviane Gonçalves
8 Porto Nascimento, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag);
9 Fernando Antônio de Souza Costa, da Superintendência Federal de Agricultura
10 em Minas Gerais (SFA-MG) – Ministério da Agricultura, Pecuária e
11 Abastecimento (Mapa); Enio Resende de Souza, da Empresa de Assistência
12 Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater); Júlio César da
13 Silva, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
14 Renováveis (Ibama). Representantes da sociedade civil: Adriana Maugeri e Igor
15 Lopes Braga, da Associação Mineira de Silvicultura (AMS); Carlos Alberto
16 Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas
17 Gerais (Faemg); Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, da Federação dos
18 Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Antônio
19 Eustáquio Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover); Lucas Amaral de
20 Melo, da Universidade Federal de Lavras (Ufla); Emílio Elias Mouchrek Filho, do
21 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG).
22 **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.**
23 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente João Paulo
24 Mello Rodrigues Sarmiento declarou aberta a 1ª reunião da Câmara Técnica
25 Especializada de Atividades Agrossilvipastoris, deu boas-vindas a todos e
26 comentou sobre a nova estrutura do Sisema, destacando a instalação das novas
27 Câmaras Técnicas Especializadas. Comentou ainda sobre a importância da
28 CAP. “Eu tenho a certeza de que vamos ter grandes reuniões e vamos discutir
29 realmente além dos processos de licenciamento. Esta Câmara tem um papel
30 fundamental, que é trabalhar e discutir a questão das políticas agrícolas. São
31 coisas em que nós temos que estar pensando realmente. O setor agrícola tem
32 uma importância dentro do Estado brasileiro, tem trazido muitas riquezas. E
33 trazer o setor agrícola dentro dos regramentos ambientais é muito importante, e
34 vamos discutir isso nesta Câmara.” O presidente também declarou sua
35 expectativa “muito positiva” em relação ao novo modelo do Sisema, citou a
36 experiência e o nível de conhecimento dos conselheiros e colocou toda a
37 estrutura do IEF e da SEMAD e o apoio da Secretaria Executiva à disposição

38 dos membros da Câmara para auxiliar nos trabalhos. Em seguida, cada
39 conselheiro fez sua apresentação pessoal à Câmara informando o órgão ou
40 entidade que representa. Ainda na abertura da sessão, o presidente propôs e
41 obteve consenso dos demais conselheiros para que seja agendada na próxima
42 reunião uma apresentação, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e
43 Abastecimento, do Programa Agricultura de Baixo Carbono. “Se a Câmara achar
44 interessante, poderíamos agendar uma apresentação sobre as ações, como o
45 pequeno e o grande produtor poderiam estar inseridos no processo”, destacou.

46 **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** O
47 conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento questionou a Presidência
48 sobre a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Programa de
49 Regularização Ambiental (PRA) e manifestou que a Fetaemg, juntamente com a
50 Faemg, tem se empenhado para que esses instrumentos sejam implantados o
51 mais rápido possível e defendeu que é fundamental que sejam acolhidos de
52 imediato no novo sistema de regularização ambiental. O conselheiro propôs
53 ainda que a apresentação do Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC)
54 não seja limitada a uma exposição geral do programa. “Eu acho que a discussão
55 aqui tem de evoluir no sentido dessas propriedades que, por iniciativa do
56 produtor, estão ou serão incluídas no programa ABC, qual é o tratamento
57 específico que a questão ambiental pode dar a esses imóveis.” O conselheiro
58 considerou que o programa não tem somente o “componente da produção”. “Eu
59 observo que o imóvel é incluído no programa essencialmente via crédito e, do
60 ponto de vista ambiental, não tem nenhum tratamento diferenciado no âmbito do
61 sistema de regularização ambiental. Eu estou falando em tratamento
62 diferenciado, não em privilégio.” O conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira
63 ressaltou que a antiga CAP, em 1998 e 1999, teve a função de fazer
64 licenciamento ambiental de atividades de agricultura e pecuária, que
65 anteriormente não havia licenciamento ambiental em Minas Gerais e que a
66 Faemg, junto com a Fetaemg, se orgulha de ter provocado as autoridades, na
67 época, para que o licenciamento fosse levado para a atividade agropecuária.
68 “Nós, então, começamos, e depois o sistema modificou-se. E agora está
69 retornando, e eu vejo com muito bons olhos.” Quanto ao CAR, o conselheiro
70 registrou as seguintes considerações. “O CAR não é um cadastro em si, para se
71 preencher nome, endereço e telefone e ir para gaveta. Ele tem o propósito, de
72 acordo com a lei, de subsidiar as autoridades nacionais para a construção de
73 um grande programa de organização ambiental, de proteção de florestas, de
74 combate a incêndios florestais. É um instrumento que teria que ter a maior
75 utilidade. Mas isso que a lei propõe não acontece como mágica, alguém tem
76 que pegar e fazer, e esse alguém é o poder público. E nós da Federação da
77 Agricultura e da Faemg estamos preocupados, porque não temos notícia de
78 nada do CAR. Eu acho que, se estiver alguma coisa acontecendo e não chamar
79 o setor agropecuário para participar, nós vamos ter problemas. Porque não se
80 trata simplesmente de uma obrigação, se trata de um conjunto de

81 procedimentos propostos com os objetivos de que eu já falei. Eu estou vendo
82 que, como em muitos outros assuntos importantes para Minas Gerais, o poder
83 público tem se omitido, e isso vai custar caro para nós, para o meio ambiente
84 como um todo.” O conselheiro Emílio Elias Mouchrek Filho reforçou as
85 manifestações sobre o Cadastro Ambiental Rural. “Nós temos andado o Estado
86 inteiro, como atividade particular e como Crea, e o que temos observado é que a
87 maioria daqueles que fizeram o CAR não sabem para que fizeram. Eles têm o
88 CAR só como uma exigência ambiental.” O conselheiro questionou se seria
89 possível a apresentação de uma visão geral de como está o CAR no Estado, a
90 perspectiva, a qualidade do trabalho realizado e se realmente irá ajudar no
91 Programa de Regularização Ambiental. “É possível analisar isso, ou são apenas
92 duas folhas de papel com planta, detalhamento, se inclui reserva legal ou outra
93 coisa? Eu gostaria de saber isso porque por onde passamos nós somos
94 questionados por isso.” O presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento fez
95 um relato sobre a situação do CAR no Estado. “Eu considero o CAR uma das
96 melhores inovações que surgiram na legislação brasileira nesses últimos
97 tempos. Eu tenho uma visão do CAR de que vai ser um dos grandes programas
98 de gestão territorial. Dentro do CAR, nós conseguiremos ter uma visão da
99 propriedade rural como um todo e de uma forma até mais objetiva do que vários
100 programas que surgiram. Sabemos das dificuldades e estamos fazendo um
101 trabalho realmente para que se torne uma ferramenta de gestão muito
102 importante dentro do IEF e do Sistema de Meio Ambiente. O IEF, junto com
103 Emater, Faemg, Fetaemg, sindicatos rurais, fez aquela parceria extremamente
104 exitosa, com a qual foi feita a primeira coisa que era o cadastro. Então, primeiro
105 foi feito o cadastro. Minas Gerais tem os maiores cadastros, praticamente todas
106 as propriedades rurais foram para esse cadastro. A segunda etapa é confirmar o
107 que foi feito. E Minas Gerais adotou o sistema nacional, não criou um sistema
108 próprio. A última notícia que eu tive é que o módulo de análise do CAR está
109 finalizado. Eu estou indo, inclusive, no dia 9, à Ufla, que tem toda a chave. Eu já
110 estive no Serviço Florestal Brasileiro conversando sobre o CAR. Então, nós
111 temos evoluído. Podem estar achando que fez o cadastro e parou, mas nós
112 estamos nas questões de elaboração do sistema para fazer a análise. Me
113 parece que tem uma semana ou dez dias que o Serviço Florestal Brasileiro,
114 junto com a Ufla, terminou o módulo de análise. Se não fosse através de uma
115 parceria, daquele movimento que foi feito, em que a Faemg e a Fetaemg e
116 todos trabalharam, não conseguiríamos atingir essa condição do CAR. Se fosse
117 só por conta do poder público, não conseguiríamos atingir. Então, estamos
118 fazendo a efetivação para que realmente, a partir do momento em que tivermos
119 esse modelo de análise pronto, nós possamos chamar a todos e reorganizar. Eu
120 concordo que podemos adotar o CAR como sistema de gestão territorial, em
121 que basicamente todas as informações podem estar contidas nesse documento;
122 não é só o cadastro. Se não pudermos fazer um cadastro que possa trazer
123 realmente ganhos para o setor, seria desperdício de dinheiro até para o setor

124 público. Então, nós queremos buscar e realmente tornar um sistema de gestão
125 territorial. Esse é o objetivo que estamos buscando no CAR. Na semana que
126 vem, a equipe do CAR e o pessoal de informática estarão conhecendo o projeto
127 do Mato Grosso do Sul, onde o CAR já é usado, inclusive, para o licenciamento.
128 Todas as informações solicitadas entram pelo CAR. Já articulamos, e a nossa
129 equipe está saindo agora. Estamos só viabilizando a questão de recursos. E na
130 semana que vem o pessoal já vai estar conhecendo o CAR. Já o sistema do
131 Pará tem uma complexidade totalmente diferente do de Minas Gerais, mas tem
132 algumas informações interessantes do CAR de gestão territorial. Então, nós
133 estamos agendando também a visita da equipe para conhecer e aprimorarmos.
134 Estamos buscando realmente trazer instrumentos. E o que vocês falaram de
135 que o CAR faça parte do processo de licenciamento eu acho bem interessante.
136 Inclusive, uma política pública proposta pela CAP. Faríamos um bom documento
137 para discutir aqui, e a CAP faria uma proposta e encaminharia para a CNR ou a
138 Assembleia, qual fosse o instrumento que os próprios conselheiros achassem
139 interessante. Então, é a importância da CAP de discutir, além de licenciamento,
140 políticas efetivas. Discutindo, nós podemos elaborar uma proposta de lei, DN ou
141 resolução para que realmente o CAR cada vez mais seja efetivado. Como
142 diretor do IEF, eu tenho lutado para que o CAR seja realmente um instrumento
143 de gestão efetiva e que nos dê muita informação. E neste momento estamos
144 verificando se as informações que entraram são reais. E nós precisamos buscar
145 uma forma mais ágil para buscar essas informações. Todos os Estados passam
146 por esse processo do cadastro, do módulo de análise e do PRA. E o PRA é
147 outro ponto bem interessante com que temos uma preocupação diuturna,
148 porque vai ter uma demanda muito grande de recuperação de áreas
149 degradadas, de conhecimento técnico. Desde que assumi o IEF, havia a
150 proposta de reduzir o número dos viveiros, e eu proibi. Estamos buscando agora
151 parcerias para recuperação desses viveiros. Quando surgir realmente a
152 necessidade do produtor rural, seja pequeno, médio ou grande, do setor
153 florestal, de mudas, nós não vamos ter. Então, temos que estruturar os viveiros
154 do IEF para ofertar essas mudas. Precisamos hoje de parceria com os setores
155 para recuperar esses viveiros. O IEF hoje tem 64 viveiros, alguns em estado
156 razoável, alguns em bom estado e outros totalmente sucateados. E dentro disso
157 nós temos um projeto buscando parcerias para recuperar esses viveiros, porque
158 já temos que pensar no PRA agora. Finalizado o módulo de análise, vão haver
159 essas demandas de mudas, e hoje não temos como atender. O IEF tem
160 estrutura, vamos trabalhar, os técnicos do IEF têm uma expertise fantástica para
161 produção de mudas nativas, o IEF faz isso há 55 anos. Então, temos que fazer
162 essas parcerias para que tenhamos realmente a efetivação desse programa. Se
163 a Câmara também achar interessante, eu trago a equipe do CAR aqui para uma
164 apresentação da situação atual.” A conselheira Adriana Maugeri questionou,
165 especificamente, sobre a situação atual do PRA em Minas Gerais. Presidente
166 João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento: “No Estado de Minas Gerais, nós ainda

167 não iniciamos a discussão do PRA. A discussão que nós iniciamos realmente foi
168 com relação à estruturação para ofertar. Dentro do CAR, nós detectamos 584
169 mil propriedades rurais. Dessas, em torno de 90% são pequenas e médias
170 propriedades rurais. Nós já tivemos uma radiografia mais próxima da realidade
171 de como é a situação fundiária do Estado de Minas Gerais. Porque não
172 trabalhamos com o PRA ainda? Porque só podemos trabalhar depois de
173 confirmar os dados que foram apresentados. Tem alguns dados que estão
174 inconsistentes. O objetivo nosso é que esse programa atinja o nosso escritório
175 mais distante. Não adianta vir com programas extremamente pesados porque
176 no interior de Minas isso não vai funcionar. Então, estamos buscando que
177 venham programas de informática que todos possam ter acesso e que o
178 escritório do IEF lá na ponta venha dar esse apoio. A nossa ideia é estruturar
179 para que possamos atender o PRA no momento mais breve possível. E vamos
180 precisar das parcerias de novo para fazer o módulo de análise, e nós queremos
181 até o final do ano estar com isso confirmado.” O conselheiro Carlos Alberto
182 Santos Oliveira propôs que a equipe do CAR fosse à próxima reunião da
183 Câmara para que possa interagir com os conselheiros, e se colocou novamente
184 à disposição para contribuir. Conselheiro Antônio Eustáquio Vieira: “Eu vou
185 aproveitar a deixa do PRA porque nessa história toda eu acho que o que mais
186 importa para nós é exatamente a recuperação ambiental. E sabemos que tem
187 muitas ações que precisam ser desenvolvidas dentro da proposta de
188 recuperação ambiental, e ações que são esquecidas. Por exemplo, está se
189 falando da questão dos viveiros. Sabemos do comprometimento, do
190 conhecimento e do envolvimento do diretor aqui na questão florestal, por sua
191 atuação há muito tempo, mas também sabemos que os recursos são poucos, e
192 o resultado com plantio de muda é muitas vezes uma conversa que já
193 conhecemos há muito tempo e que não é fácil. Uma coisa é fazer plantio de 10,
194 20, 30, 50 ou 100 mudas, outra coisa é atender um produtor em cujo projeto foi
195 colocado que tem que plantar 10 mil ou 20 mil mudas. Plantar muda é a coisa
196 mais fácil que tem, eu quero ver é ela chegar lá em cima. E aí nós tivemos
197 algumas ações que eu acho que o Estado pode tentar voltar a desenvolver, que
198 é o programa de proteção de nascentes e veredas, através de cercamento. O
199 que também não é o que resolve o problema. Porque nós sabemos que a
200 principal função de recuperação hidroambiental é ter água, e água sem floresta
201 não temos. Não adianta curva de nível, proteção de nascente e de vereda. Isso
202 é dar uma remediada para dar satisfação à sociedade ao invés de satisfazer a
203 sociedade. Então, eu acho que o Estado, através do IEF, poderia tentar resgatar
204 o programa. Porque em todas essas áreas existem remanescentes de florestas.
205 Se você proteger, a natureza resolve o problema. Existia um programa no
206 Estado, que desapareceu, em que o Estado liberava para produtores rurais
207 materiais para proteção de nascentes e veredas. E isso foi sumindo como uma
208 nuvem de fumaça e parou de existir. Nós temos um programa em Paracatu, e
209 eu sugiro apresentar na próxima reunião. Nós conseguimos uma ONG, com

210 apoio de empresa da região, e conseguimos ao longo de alguns anos proteger
211 90 km de nascentes e veredas. Protegemos mais de 2 mil hectares, construindo
212 cercas etc. Atendemos mais de 200 produtores rurais, hoje, só com apoio de
213 uma empresa, em Paracatu. Construimos 15 km de cerca por ano, e temos 45
214 para os próximos três anos. E tínhamos apoio do IEF antigamente, quando dava
215 o material. Se continuarmos com esse apoio, com 15 km por ano, nós temos
216 como fazer 30. Porque a empresa entra com o recurso para a estrutura, toda a
217 logística, e o Estado daria o material. Eu sugiro procurar em Lavras um doutor
218 que fez um estudo que comprovou que mais de 70% da morte de corpos de
219 água são causados pelas estradas rurais. Eu já tentei no COPAM e no CERH
220 montar uma resolução para criar normas do Estado para construção e
221 manutenção de estradas rurais. O Brasil tem hoje 1.750 km de estradas, e 1,5
222 milhão é de estradas rurais. E nós sabemos o que acontece. Se não der para
223 apresentar o programa, que então vocês entrem no site do Movimento Verde de
224 Paracatu para ver o que estamos fazendo lá. Pode ser exemplo para outros
225 municípios, e é o único programa de que eu tive notícia de recuperação
226 ambiental no Brasil em 2016. Fica essa contribuição, e espero que na próxima
227 reunião possamos apresentar as ideias do que fazemos lá.” Conselheiro Lucas
228 Amaral de Melo: “Eu faço parte da equipe do CAR, mais precisamente do PRA.
229 Eu acho que o maior obstáculo vai ser a verificação dos dados que foram
230 gerados. Porque um problema que o CAR tem é que ele permite a sobreposição
231 de áreas. Então, infelizmente, principalmente para pequenos produtores que
232 não precisam de ART, muitas vezes não é feita nem visita a campo, e isso
233 permite sobreposição. Nesta semana mesmo, eu vi uma fazenda que tinha três
234 CARs diferentes, de propriedades diferentes. Esse é um gargalo que tem
235 benefícios e prejuízos operacionais. O PRA está em desenvolvimento. Dentro
236 do PRA, vem a constatação dos dados que foram gerados para dar
237 possibilidade de correção do CAR. E com base nisso, depois das correções, o
238 PRA vem com a sugestão, através de uma chave de propostas, para sugerir o
239 que deveria ser feito para recuperação das áreas. Isso, sim, está em
240 desenvolvimento, mas é preciso constatar os dados que foram gerados. Que
241 não são poucos. Principalmente, em Minas Gerais. Outra coisa é a questão de
242 mudas. Eu já fui produtor de mudas, já tive um viveiro. Hoje, não mais. E nós
243 fizemos um trabalho de tese muito interessante na universidade, que foi o
244 diagnóstico da produção de mudas de espécies nativas no Estado. Foi o
245 professor Antônio Cláudio Davi, e eu fazia parte da equipe. Realmente, se
246 precisarmos de muda hoje no Estado, não tem. Como viveirista e quem trabalha
247 e leciona na área, eu sei que não tem porque não tem demanda também.
248 Porque muda nativa é muito cara de se produzir, e produtor viveirista não vai
249 produzir muda pensando que não vai vender. Uma das questões é a demanda
250 real. Existe a demanda no papel, mas a real não existe. Acredito que a partir
251 dessa realidade de demanda apareçam viveiros. Às vezes, sou contra, mas às
252 vezes a favor de o IEF disponibilizar mudas, porque compete com o produtor de

253 mudas, mas ao mesmo tempo é uma muda mais barata para pequenos
254 produtores. E ressaltando que é muito fácil plantar muda, porque nós temos que
255 batalhar, não só fazer o berço dessa muda e plantar, mas todo o aparato para o
256 plantio de mudas. Então, quando a demanda surgir, nós temos que realmente
257 pensar em meios para favorecer não só o plantio de mudas, mas todo o
258 restante, para que tenhamos êxito, com um custo mais baixo possível.”
259 Conselheiro Fernando Antônio de Souza Costa: “Sobre a questão da
260 recuperação de nascentes, eu vi uma palestra no Senar sobre desentupimento
261 de olhos d’água e nascentes. Houve um questionamento da legalidade de o
262 produtor poder fazer esse desentupimento. Então, eu gostaria de registrar que
263 nós temos que viabilizar que o produtor não fique na ilegalidade se ele estiver
264 com assistência técnica com o objetivo de recuperar e desentupir esses olhos
265 d’água e nascentes, para poder tentar a questão da produção d’água. Eu vejo
266 que, além de cercas e das nascentes existentes, nós temos que recuperar as
267 nascentes que estão entupidas, justamente pelas estradas, pelo uso
268 indiscriminado de máquinas, pela falta de práticas conservacionistas de solo e
269 de água, que a agronomia sempre preservou como importante e que se perdeu
270 no meio desses anos todos. Então, eu gostaria de deixar registrado que há
271 necessidade de uma regulamentação que permita ao produtor fazer isso.”
272 Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento: “Quando fomos discutir o
273 Código Florestal, para alguns do Ministério do Meio Ambiente, o CAR e o PRA
274 foram concebidos enquanto uma penalização. Porque o Código Florestal
275 caminhou em um determinado sentido, com alguns normativos, e então para
276 alguns essa questão foi colocada, na verdade, como uma penalização. Então, é
277 preciso ter claro que, sobre essa questão do CAR e do PRA, não se consolidou
278 uma cultura e uma concepção de que isso é instrumento de gestão ambiental
279 territorial. É como mais uma atribuição, que se faça. A segunda questão: quem é
280 o protagonista do processo? Graças a Deus, não é universidade. Porque, se for,
281 não dá certo, em um Estado igual a este, com quase 600 mil imóveis. A
282 Fetaemg capacitou 700 multiplicadores para fazer CAR para agricultura familiar.
283 A Faemg capacitou não sei quantos, lançou editais, pagando. Foi feito por causa
284 disso. Porque outros cobram para fazer. Então, precisa ficar claro. E são 99%
285 feitos. Essa discussão só pode continuar se for reconhecido quem é o
286 protagonista. Então, está errado, porque declarou que é autodeclaratório, é a lei
287 que mandou ser autodeclaratório. E a continuidade tinha que ser no mesmo
288 ritmo. Eu acompanhei e tenho absoluta certeza de que a maioria está correta.
289 Eu tenho porque, inclusive, conheço. E aí vai entrar nessa teia de burocracia,
290 porque ir fazer não foram. Não foram porque o poder público não tem condição
291 de fazer. Não é culpa de técnico. Mas não tem condição e não tem dinheiro. Nós
292 assinamos um termo de cooperação com o IEF, de o IEF dar dez cursos de
293 capacitação, e no quarto parou, porque eles não tinham dinheiro de diária. Nós
294 temos que mudar essa conversa, tem demandas enormes. Onde eu trabalho
295 tem demanda enorme. Eu acho que a próxima reunião, com todo respeito ao

296 Tonhão, não é, na minha opinião, para a entidade apresentar o trabalho dele,
297 porque senão a fila é grande. Eu proponho uma reunião extraordinária com
298 caráter de reunião pública. Por exemplo, no Comitê do Rio das Velhas, nós já
299 aprovamos que, para ser incluído no programa – nós temos R\$ 18 milhões para
300 projetos hidroambientais neste ano –, tem que apresentar o CAR. E vejam bem
301 a concepção: nós estamos considerando que o CAR apresentado está correto.
302 Isso é uma decorrência do entendimento da lei. Se a lei falou que é
303 autodeclaratório, porque o bonzinho aqui vai falar que não é? Inclusive, sem ir
304 lá. Eu estou falando que tem ator demais para trabalhar. Os agricultores
305 quererem. Se eles não quisessem, alguém acha que teriam sido feitos 99% dos
306 imóveis. Então, eu proponho uma reunião ordinária ou extraordinária, mas só
307 para isso. Vamos ampliar o convite, porque nós temos que agregar tudo que é
308 bom ao processo. Por exemplo, os 3 mil agricultores que estão incluídos no
309 programa Bolsa Verde, que foram ambientalmente considerados corretos, qual o
310 tratamento que terão? Qual tratamento vai dar àqueles imóveis que estão
311 incluídos em programas dentro do IEF em que nós fizemos o CAR? Nós temos
312 que começar a fazer esse PRA logo. No orçamento do Estado para este ano,
313 constavam apenas R\$ 202 mil para a gerência do CAR concluir capacitações. É
314 uma visão equivocada. Nós da Fetaemg aprovamos uma emenda popular de
315 mais R\$ 500 mil para capacitação do PRA. E junto com a Secretaria de
316 Regularização Ambiental – eu acho que tem que chamar todo mundo – nós
317 temos que começar a fazer. A esses processos que estão entrando aqui para
318 regularização ambiental, qual o tratamento que vai ser dado na ótica do PRA e
319 do CAR? Se ficarmos esperando, não sei quem ou universidade decidir como é
320 para fazer, vai terminar o prazo. E os bancos exigem o CAR. E já começou a
321 conversa de que agora eles querem o PRA para liberar o crédito. Tem que
322 andar porque na hora que dá errado o único prejudicado é o agricultor. **Reunião**
323 **sobre o CAR.** Conforme proposta do conselheiro Eduardo Antônio Arantes do
324 Nascimento, a Câmara aprovou por unanimidade a realização de reunião para
325 tratar sobre o CAR e o PRA. O conselheiro solicitou que o IEF consolide as
326 informações sobre a perspectiva de implantação de viveiros, a capacidade do
327 órgão florestal para produção de mudas, para ser analisado na reunião. “E eu
328 queria lembrar que no Pronaf nós temos uma linha de recuperação ambiental
329 em que o crédito para agricultura familiar, para aquisição de mudas ou
330 montagem de viveiros, tem juro de 1%.” **4) REGIMENTO INTERNO DO**
331 **COPAM. Apresentação: SEMAD.** Bruno Malta, da Assessoria de Normas e
332 Procedimentos da SEMAD, fez apresentação do Regimento Interno do COPAM,
333 destacando as principais diretrizes para o funcionamento dos Colegiados. Ao fim
334 da exposição, agradeceu a atenção de todos e se colocou à disposição dos
335 conselheiros para eventuais esclarecimentos. Fernanda Andrade Malafaia, da
336 Subsecretaria de Regularização Ambiental/SEMAD, complementou a exposição
337 com as atribuições das Câmaras Técnicas Especializadas destacando as
338 competências específicas da CAP, bem como as tipologias de atividades,

339 classes e portes de empreendimentos que deverão ser tratados neste
340 Colegiado. **5) CÓDIGO DE ÉTICA. Apresentação: SEMAD.** Rosa Maria Cruz
341 Laender Costa, servidora da SEMAD, fez exposição sobre o Código de Conduta
342 Ética profissional dos agentes públicos e da alta administração. Destacou a
343 atuação do Conselho de Ética Pública, subordinado diretamente ao governo do
344 Estado, e das Comissões de Ética de todos os órgãos da administração pública.
345 No caso do Sisema, informou que são quatro comissões, sendo as Comissões
346 de Ética do IEF, da FEAM, do IGAM e da SEMAD, cujos integrantes são
347 indicados pelo dirigente máximo de cada Casa, e que o trabalho é realizado de
348 maneira independente, atuando com denúncias fundamentadas, e de forma
349 sigilosa. A representante da SEMAD explicou ainda, para orientação dos
350 conselheiros, como é realizado o trabalho das Comissões de Ética, detalhando
351 seu funcionamento, conceitos e forma de atuação. Ao término da exposição, se
352 colocou à disposição para eventuais esclarecimentos. O conselheiro Antônio
353 Eustáquio Vieira questionou se há previsão de conduta ética dos
354 empreendedores para com os agentes públicos e citou um caso da URC
355 Noroeste de Minas em que um empreendedor chegou a processar um
356 conselheiro. Nesse sentido, sugeriu que fosse inserida alguma previsão no
357 Regimento Interno com relação a casos de desrespeito e falta de ética do
358 empreendedor. O conselheiro propôs ainda encaminhar à SEMAD um caso em
359 que um conselheiro não concorda com uma decisão da Justiça, para se avaliar
360 quais seriam as providências cabíveis. Rosa Maria Cruz Laender Costa
361 esclareceu que existe na legislação a previsão de que o servidor público deve
362 ser respeitado. Quanto ao caso específico citado pelo conselheiro, a servidora
363 da SEMAD solicitou que fosse encaminhada uma consulta, para ser respondida
364 pela comissão de ética, e se incumbiu de apresentar uma resposta
365 posteriormente. **6) PROPOSTA DE AGENDA ANUAL DAS REUNIÕES DA
366 CÂMARA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE ATIVIDADES
367 AGROSSILVIPASTORIS DO COPAM. Apresentação: SEMAD.** Aprovada por
368 unanimidade a agenda anual de reuniões da Câmara Técnica Especializada de
369 Atividades Agrossilvipastoris, nos termos da proposta apresentada pela SEMAD,
370 com as sessões previstas sempre em uma quinta-feira, às 9h, nas seguintes
371 datas: 23 de fevereiro, 30 de março, 27 de abril, 25 de maio, 29 de junho, 27 de
372 julho, 24 de agosto, 28 de setembro, 26 de outubro, 23 de novembro e 21 de
373 dezembro. Vânia Mara de Souza Sarmiento, da Assessoria dos Órgãos
374 Colegiados/SEMAD, esclareceu que a confirmação de cada reunião se dará
375 somente com a publicação da convocação com até dez dias de antecedência,
376 no caso de sessão ordinária, e até cinco dias para extraordinária. **7)
377 PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
378 CORRETIVA. 7.1) Claudio Castro Cunha e Outros. Fazenda Lagoa da Capa.
379 Horticultura (floricultura, cultivo de hortaliças, legumes e especiarias).
380 Perdizes/MG. PA 4341/2005/003/2015. Classe 5. Apresentação: Supram
381 Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.** Processo retirado de pauta com pedido de

382 vista do conselheiro Antônio Eustáquio Vieira. Antes da concessão do pedido de
383 vista nesta sessão, Thiago Rodrigues Cavalcanti, advogado da Federação das
384 Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), apresentou o relato de vista
385 concedido aos conselheiros representantes da Fiemg e da Federação das
386 Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais
387 (Federaminas) pela Presidência da Unidade Regional Colegiada Triângulo
388 Mineiro e Alto Paranaíba: “O parecer de vista da Fiemg e da Federaminas é
389 muito simples. Nós entendemos pela aprovação do processo nos termos do
390 Parecer Único da Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, por entender que
391 toda a documentação e todo o trâmite do processo foram feitos de forma correta
392 e que de forma correta também foi feito o Parecer Único da Supram. A única
393 sugestão que nós temos é que, quando da elaboração deste parecer, tanto pela
394 Supram quanto do parecer de vista da Fiemg, não havia ainda sido publicado o
395 novo decreto que trata da regularização no Estado de Minas Gerais, e foram
396 dados novos prazos para as Licenças de Operação. Então, nós só pedimos que
397 seja aplicado o prazo de dez anos para a Licença de Operação Corretiva nos
398 termos do novo decreto, assim como foi aplicado em outras Câmaras Técnicas
399 do COPAM nesta semana.” Em seguida, a equipe técnica da Supram se colocou
400 à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas e respondeu aos
401 questionamentos registrados pela representação da sociedade civil na reunião
402 da URC que discutiu o presente processo. A gestora ambiental Emanuelli
403 Alexandra Prigol de Araújo fez a apresentação do parecer da Supram relatando
404 os resultados da vistoria realizada pela equipe técnica e esclarecendo todos os
405 pontos questionados. O conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira solicitou que
406 os relatos apresentados pela Supram sejam anexados aos autos do processo. O
407 conselheiro Antônio Eustáquio Vieira solicitou cópia dos documentos para que
408 ele possa considerar em sua análise do processo. **8) PROCESSO**
409 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO**
410 **CONCOMITANTE COM LICENÇA DE OPERAÇÃO. 8.1) Ministério da**
411 **Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Parques Aquícolas do**
412 **Reservatório de Furnas. Aquicultura em tanque rede. Carmo do Rio Claro,**
413 **Campo do Meio, Campos Gerais, Formiga e Guapé/MG. PA**
414 **17443/2010/003/2015. Classe 5. Apresentação: Supram Sul de Minas.**
415 Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único, com
416 adequação do prazo de validade para 10 (dez) anos, conforme estabelecido no
417 Decreto 47.137/2017. O conselheiro Fernando Antônio de Souza Costa registrou
418 abstenção de voto. **9) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**
419 **REVALIDAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 9.1) Agrocitry Madeiras Ltda.**
420 **Tratamento químico para preservação de madeira. João Pinheiro/MG. PA**
421 **16201/2007/005/2016. Classe 5. Apresentação: Supram Noroeste de Minas.**
422 Licença revalidada por unanimidade nos termos do Parecer Único, com
423 adequação do prazo de validade para 10 (dez) anos, conforme estabelecido no
424 Decreto 47.137/2017. O conselheiro Antônio Eustáquio Vieira se declarou

425 impedido de participar da discussão e votação deste processo. O conselheiro
426 Fernando Antônio de Souza Costa registrou abstenção de voto. **10) PROCESSO**
427 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTE DE**
428 **REVALIDAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 10.1) Alexandre Ribeiro**
429 **Torres e Outro. Granja Sétimo Céu. Avicultura de postura. Itanhandu/MG.**
430 **PA 05701/2005/006/2015. Classe 5. Apresentação: Supram Sul de Minas.**
431 Alteração de condicionante aprovada por unanimidade nos termos do Parecer
432 Único. O conselheiro Fernando Antônio de Souza Costa registrou abstenção de
433 voto. **11) ENCERRAMENTO.** O conselheiro Enio Resende de Souza questionou
434 se a CAP irá tratar também sobre políticas e instrumentos agrossovilpastoris e
435 não só de licenciamentos, se tem a previsão de apresentar temas da ordem do
436 dia para debates, sugestões e articulações. O presidente João Paulo Mello
437 Rodrigues Sarmiento esclareceu que haverá espaço para discussão de políticas
438 do setor e ressaltou que já ficou definida a apresentação do programa ABC e
439 que será marcada reunião para discussão sobre o CAR e o PRA. Destacou
440 ainda que é fundamental na Câmara a discussão de políticas. O conselheiro
441 Eduardo Antônio Arantes do Nascimento fez as seguintes considerações em
442 relação à discussão do CAR: “Como esse processo passa em um Colegiado do
443 órgão ambiental, como podemos agilizar para chegar ao PRA? Eu acho que na
444 reunião extraordinária nós precisamos incluir essas questões concretas, porque,
445 se der tudo certo ou se der tudo errado, imagina ao longo deste ano nas
446 diversas instâncias, inclusive, aqui, quantos empreendimentos serão
447 licenciados. Eu tenho medo de essa energia e esses esforços, inclusive, dos
448 técnicos, não se desdobrarem para a consolidação do PRA. Por exemplo, esse
449 empreendimento licenciado vai voltar à estaca zero para fazer o PRA? Eu acho
450 que as coisas têm que ser racionalizadas. Eu acho que na reunião
451 extraordinária nós temos que pensar sobre essas questões concretas.” O
452 presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento declarou que o instrumento
453 tem que ser utilizado e incorporado como política pública e interagir com as
454 demais políticas públicas. Disse que na reunião isso deverá ser tratado e que,
455 inclusive, possam ser apresentadas sugestões, por exemplo, sobre como seria
456 utilizado o CAR nos processos de licenciamento. “E depois que o CAR for
457 utilizado como será acompanhado o PRA? E no processo de licenciamento tem
458 essa sequência? São reflexões que eu vejo que poderíamos trazer na nossa
459 reunião.” O presidente abriu espaço para que outros interessados possam
460 apresentar sugestões ao debate na CAP. O conselheiro Lucas Amaral de Melo
461 sugeriu o professor Luiz Antônio Coimbra Borges, que trabalha com a parte de
462 legislação e treinamento do CAR; e na parte operacional o Samuel. Houve
463 consenso para que a próxima reunião ordinária da CAP seja pautada para
464 julgamento de processos, no período da manhã, e para apresentação do
465 programa ABC e a discussão sobre o CAR e o PRA no período da tarde. Ficou
466 decidido, no entanto, que a Secretaria Executiva irá avaliar as datas levando em
467 consideração, inclusive, a agenda de outros Colegiados do COPAM, para a

468 marcação da reunião. Em seguida, não havendo outros assuntos a serem
469 tratados, o presidente João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento declarou
470 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

471

472

473

474

475

476

477

APROVAÇÃO DA ATA

**João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento
Presidente da Câmara Técnica Especializada
de Atividades Agrossilvipastoris**